

## APRESENTAÇÃO

As novas formas de comunicação proporcionadas pelo digital têm colocado diversos e inequívocos desafios aos media em geral e ao jornalismo em particular, na sua relação com a democracia e a cidadania. Foi neste contexto que o V Seminário Internacional do Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ) procurou, em novembro de 2014, refletir de forma abrangente e multifacetada sobre o tema *Media, Democracia e Cidadania na Era Digital*.

Este número especial da Revista *Media & Jornalismo* é, pois, totalmente dedicado ao que nesse evento se debateu, quer nas comunicações dos oradores convidados das sessões plenárias, quer nas apresentações selecionadas para integrar mais de uma dezena de sessões paralelas, que aqui serão distribuídas por três blocos temáticos: Democracia Participativa e Comunicação Política, Jornalismo e História dos Meios de Comunicação.

Os primeiros artigos centram-se na temática principal do seminário e refletem sobre as transformações nos sistemas democráticos ocidentais pelo desenvolvimento do novo ecossistema mediático digital.

Francisco Pinto Balsemão aborda a relação entre os media e a democracia face à nova realidade das comunicações digitais capazes de agregarem um número surpreendente de informações sobre cada um e cada uma de nós. Estas informações são geridas por grandes empresas multinacionais e por serviços de inteligência e segurança dos Estados, à revelia de cada cidadão, e constituem uma ameaça ao direito à privacidade que resulta, na prática, num limite às liberdades individuais, garantidas constitucionalmente em muitos países. No entanto, os novos sistemas mediáticos digitais têm também potenciado algumas iniciativas que podem mitigar ou contrabalançar aqueles efeitos. O autor enumera algumas respostas positivas da sociedade civil, que vão no sentido de uma “democracia de proximidade”. No campo do jornalismo, Francisco Pinto Balsemão defende a importância acrescida dos media profissionais para “separarem o trigo do joio”, devendo funcionar como “agulhão perante a indiferença da opinião pública”.

Peter Dahlgren analisa a participação política que resulta do uso da internet. O seu artigo discute os modos como se tem reduzido a participação política à eficácia e à pura dimensão racional e instrumental. Propõe, por isso, um conceito mais abrangente de participação política ancorado numa conceção plural e

multifacetada de subjetividade que inclui, nomeadamente, a emoção. Envolvimento, emoção, expressão e eficácia são os termos chave que propõe para compreender a comunicação interativa nas redes de internet e nas redes sociais. Se por si só a Rede não vai salvar a democracia, como afirma neste artigo, por outro lado, não podemos pensar a democracia, hoje, fora da realidade comunicacional da internet. Isso exige, segundo o autor, novos conceitos de participação e subjetividade.

É por isso que a questão da competência mediática é tão crucial. Para Ignacio Aguaded, Carmen Caldeiro e Rosa García-Ruiz a “alfabetização mediática”, digital e audiovisual, deve preocupar-nos pois só na posse dessas competências se pode exercer uma verdadeira democracia. No seu artigo apresentam o estudo de monitorização da literacia mediática desenvolvido em dez províncias espanholas, bem como as ações empreendidas para promover aquelas competências, numa perspetiva de empoderamento dos utilizadores e de responsabilidade social.

Será esta situação uma resposta aos desequilíbrios de poder decorrentes do uso de que fazem as empresas detentoras das nossas informações individuais? Francisco Rui Cádima analisa a contradição entre a transparência dos dados que disponibilizamos, mesmo que voluntariamente, num sem número de plataformas e a opacidade com que essas informações são usadas pelos gestores dessas plataformas, nomeadamente a Google, o Facebook e as agências de segurança como a americana National Security Agency, que o caso Snowden revelou. Estas organizações de Big Data apresentam, segundo o autor, um comportamento dual porque “blindam os seus dados e procuram canibalizar os demais”. Face à emergência de um paradigma securitário, Cádima aponta a necessidade de uma nova “ecologia dos media” que possa garantir a democracia.

Podemos incluir neste contexto a proposta de Fernando Zamith para a criação de uma certificação de qualidade aplicada ao ciberjornalismo e que funcionasse como um regulador das boas práticas jornalísticas na internet. No mesmo sentido, Helder Bastos analisa as dificuldades de afirmação do ciberjornalismo. Concentrando-se na realidade portuguesa, Bastos afirma que este ramo do jornalismo é ainda subvalorizado, com equipas muito reduzidas, afastadas da produção e investigação jornalísticas e usadas como meros replicadores de “feeds” ou agregadores de conteúdos. Deste modo o ciberjornalismo não tem condições de cumprir o seu papel de “guardião (...) dos poderes públicos”.

Alguns destes temas surgem sob novas perspetivas na secção temática “Democracia Participativa e Comunicação Política”. Aí, Antónia Barriga discute o

modo como o debate político é condicionado pelas redes sociais, nomeadamente pelos 140 caracteres de cada Twit. Tomando como objeto de estudo a “twitoesfera” portuguesa, Antónia Barriga explora a possibilidade ou não da emergência de novas opiniões, argumentos e atores nesta rede social, reunidos como que numa “contra-esfera pública”. Conclui que esta é ainda muito “mitigada”.

A realidade brasileira está em foco em vários artigos desta secção. Débora Medeiros compara as coberturas jornalísticas de temas ambientais nos media tradicionais brasileiros e nos media-cidadãos, ou seja, aqueles que resultam da atividade de difusão de informações por parte de não profissionais do jornalismo. Geralmente, publicadas através de blogs, redes sociais e arquivos audiovisuais. Por sua vez, Denise Paiero aborda a construção de vínculos entre manifestantes, media e públicos nas manifestações brasileiras de protesto contra o aumento das tarifas de transportes e contra a Copa do Mundo de futebol. Estes protestos originaram-se nas redes sociais e vieram para as ruas, surpreendendo as autoridades e os media oficiais. Helcimara Telles, Érica Anita Baptista e Pedro Fraha discutem os efeitos da mediatização dos escândalos políticos sobre a perceção da corrupção, enquanto, tomando como exemplos um caso português e outro brasileiro, Rosana Martins apresenta formas de intervenção na agenda pública a partir de experiências de jornalismo participativo em comunidades percecionadas como corruptas e criminosas e como essas atividades permitem a construção de novas imagens sobre essas comunidades. Também as questões relativas à passagem do ativismo político das redes para as ruas constituem o foco do artigo de Dorismilda Márquez, centrado na realidade mexicana. A autora compara as práticas de expressão pública dos ativistas na internet com a sua cobertura nos media tradicionais, para sublinhar diferenças e semelhanças dessas formas de expressão. Formas diretas, no caso dos ativistas que autonomamente se expressam através dos seus próprios meios disponibilizados pela internet, e mediadas, no caso da construção jornalística profissional dos media tradicionais. O que coloca a questão da luta simbólica pela construção das versões da história.

Maria Cristina Castilho Costa recenseia as perceções sobre censura em 81 peças jornalísticas que revelam como os conceitos de liberdade de expressão e de censura são afetados por compreensões etnocêntricas em que a “liberdade” é sempre um atributo “nosso” e a censura um fenómeno “das outras sociedades” ou dos “outros”. Estas ideias enviesam a realidade complexa destas matérias e contribuem para a naturalização com que tendem a ser encaradas.

Na secção de “Jornalismo” publicamos um conjunto de artigos dirigidos a questões particulares do jornalismo, como sejam o fotojornalismo de guerra, por Jorge Felz, o uso de personagens nas narrativas jornalísticas, por André Santoro, e a importância atribuída pelos leitores ao jornal impresso, um texto de Simone Tuzzo.

Numa perspetiva do jornalismo como construtor da realidade social, Allan de Gouvêa Pereira e Iluska Coutinho analisam as representações do cancro nas notícias da saúde do principal jornal televisivo brasileiro, confirmando que este contribui para a manutenção de certos “mitos” a propósito da doença e não para um seu esclarecimento científico.

Este número fecha com a secção de “História dos Meios de Comunicação”, onde apresentamos os contributos de Helena Lima e Patrícia Teixeira sobre as primeiras páginas dos jornais que noticiaram a revolução do 25 de Abril de 1974. Leylianne Alves Vieira e Célia Maria Ladeira Mota analisam o caso da revista Realidade, entre 1969 e 1973, como um exemplo de jornalismo de investigação e de interpretação individual do jornalista. Terminamos com a chamada de atenção de que apesar de vivermos num mundo globalizado, os mesmos acontecimentos não são interpretados da mesma maneira em todas as comunidades. Dimitri Prandner demonstra-o através das notícias sobre a “Guerra ao Terrorismo”, lançada pelo Presidente americano Bush, e como as notícias sobre estes eventos geraram interpretações diversificadas de acordo com os enquadramentos nacionais, nomeadamente, no caso austríaco.

Temos, assim, o privilégio de apresentar uma edição que cremos ser estimulante a vários níveis, nomeadamente, na elevada qualidade dos textos produzidos por prestigiados autores internacionais e nacionais e na problematização dos principais tópicos em análise. Agradecemos a todos e todas a participação nesta edição.

*A Coordenação do Número Especial da Revista Media & Jornalismo*

Teresa Mendes Flores

Marisa Torres da Silva

Nota: Os textos de Francisco Rui Cádima e Helder Bastos estão escritos na antiga ortografia, por decisão dos autores